

PICHAÇÃO E ATIVIDADES ROTINEIRAS: ECOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE¹

Graffiti and Routine Activities: Echoes of the COVID-19 Pandemic in Downtown Belo Horizonte

Alexandre Magno Alves Diniz

Doutor em Geografia. Departamento de Geografia, PUC Minas, Brasil.
alexandrediniz@pucminas.br

Erick Vinicius Pereira Lopes

Doutorando em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, PUC Minas, Brasil e École Doctorale de Géographie, Sorbonne Université, França.
erick.viniciuspl@gmail.com

Lucas Costa Utsch Moreira

Graduando em Geografia pela PUC Minas.
lucas10utsch@gmail.com

Recebido: 22/08/2025
Aceito: 20/10/2025

Resumo

Este artigo analisa os impactos da pandemia de COVID-19 sobre a prática da pichação no Hipercentro de Belo Horizonte, utilizando como base a Teoria das Atividades Rotineiras (TAR). A partir de coletas primárias realizadas em 2019, 2022 e 2023, observa-se que, apesar da repressão institucional e do aumento da circulação urbana no período pós-pandêmico, a pichação não apenas se intensificou, como também se adaptou por meio de novos materiais, estilos e suportes. A pesquisa revela que eventos disruptivos, como a pandemia, podem alterar significativamente os padrões espaciais e estéticos de práticas urbanas marginais, evidenciando a pichação como forma de resistência cultural e política.

Palavras-chave: Pichação, pandemia, atividades rotineiras, cultura urbana, Belo Horizonte

Abstract

This article examines the impacts of the COVID-19 pandemic on graffiti practices in downtown Belo Horizonte, using the Routine Activity Theory (RAT) as a framework. Based on primary data collected in 2019, 2022 and 2023, the study shows that despite institutional repression and increased urban circulation in the post-pandemic period, graffiti not only intensified but also adapted through new materials, styles, and surfaces. The findings demonstrate that disruptive events, such as the pandemic, can significantly alter the spatial and aesthetic patterns of marginal urban practices, highlighting graffiti as a form of cultural and political resistance.

Keywords: Graffiti, pandemic, routine activities, urban culture, Belo Horizonte

¹ Este estudo contou com o suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq 303733/2019-5) e da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG APQ-5058-23).

1. INTRODUÇÃO

A pichação é um dos elementos mais ubíquos nas paisagens urbanas contemporâneas, conectada a uma subcultura interessada em opor resistência estética à homogeneização cultural e aos mecanismos de controle nas cidades (Ferrell, 1995; Austin; Sanders, 2007). Os pichadores enxergam os muros como símbolos de autoridade e suas intervenções como formas de contestação aos atores hegemônicos (Lewisohn, 2008). Mas além de desafiar o *status quo*, esses indivíduos também buscam no ato de pichar o reconhecimento dos demais adeptos da cena por meio da ubiquidade, da perenidade e da ousadia de suas marcas (Ferrell; Weide, 2010; Snyder, 2017).

Esse fenômeno tem, portanto, caráter marginal e subversivo, se expressando por meio de *tags* estilizadas (pixo), que funcionam como assinaturas individuais ou de grupos, marcando o espaço urbano com grafias específicas. Essas marcas se distinguem de escritas variadas (picho) e daquilo que chamamos de grafite no Brasil, elemento valorizado como expressão artística, presente em muros, viadutos e até galerias, que foi absorvido pela indústria da publicidade, pela mídia especializada, tendo sido empregado em diversas cidades como instrumento de revitalização de áreas degradadas (Diniz; Ferreira; Lacerda, 2017) e como apoio a processos referenciados à gentrificação (Oliveira, 2023).

A pichação vem se manifestando em Belo Horizonte (MG) desde a década de 1950, inicialmente ligada a campanhas publicitárias informais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, surgiram pichações com teor político, em protesto contra a ditadura militar (1964-1985) então vigente. Um importante marco nessa evolução está relacionado ao quadrinista Lacarmélio Alfeo, precursor do *tagging* na cidade, empregado na divulgação de sua revista Celton, com inscrições como “Leia Celton” (Viana; Bagnariol, 2004). Nos anos 1990, influenciada pela cena que estourou em São Paulo (SP) na década anterior, pela cultura *hip-hop* e pelas torcidas organizadas, a pichação se popularizou. Enquanto a primeira a incorporava como um de seus pilares (junto ao *rap*, ao *DJing* e ao *breakdance*), torcedores usavam a prática para marcar território e intimidar rivais, especialmente em áreas próximas a estádios (Isnardis, 1997; Carvalho, 2013; Soares, 2013). Ao final da década de 1990, a pichação já estava consolidada em BH, com grupos organizados (*crews* ou *bondes*) que seguiam padrões estado-unidenses de comportamento (ver Ferrell, 1995; Austin, 2002; Ferrell; Weide, 2010; Lennon, 2022).

Monitoramentos realizados no Hipercentro da capital mineira desde 2011 revelam padrões espaciais consistentes. De um lado, *hotspots* associados aos grandes corredores de transporte público e áreas emblemáticas da cena *hip-hop*; e, de outro, paredes nuas

relacionadas aos equipamentos e áreas da região com maior vigilância, como o Mercado Central e a Praça da Estação (Diniz; Ferreira, Alcântara, 2015). Esse acompanhamento revela que apesar da crescente repressão por parte das autoridades locais nos anos seguintes, os padrões espaciais identificados na prática da pichação se mantiveram relativamente estáveis (Diniz; Ferreira; Lacerda, 2017).

No entanto, observou-se entre 2011 e 2022, principalmente no final do período, substantiva mudança na estética e no comportamento dos pichadores, que, em resposta à repressão ampliada da pichação e a beatificação do grafite como arte, passaram a adotar estilos mais coloridos e elaborados de grafias e marcas, tais como *bombs* e *grapixos*, por exemplo, além de técnicas de aplicação mais rápidas, como os *estêncis* e *stickers* (Diniz; Ferreira; Lacerda, 2019; Lopes, 2020; Diniz; Stafford, 2021; Ferreira; Diniz, 2021).

A pandemia de COVID-19, com seus longos períodos de lockdown e restrições à circulação, alterou profundamente a dinâmica urbana de Belo Horizonte, criando condições favoráveis à intensificação da pichação no seu Hipercentro. Com a redução da vigilância durante o período pandêmico, os pichadores passaram a agir com mais liberdade e desenvoltura, intervindo em espaços antes protegidos, como monumentos e prédios públicos, e, atuando em horários pouco convencionais para os pichadores mineiros, como a parte da manhã e da tarde. Além disso, a restrição ao direito de ir e vir, imposta pelos *lockdowns*, foi interpretada como uma forma de opressão, levando os pichadores a intensificar a sua ação na cidade como forma de protesto, aproveitando a cumplicidade e o vazio das ruas (Diniz *et al.*, 2024). Entre 2019 e 2022 registrou-se uma ampliação de 59,9% no número de pichações na localidade.

A cidade começou a retomar suas atividades de forma mais ampla e contínua a partir de meados de 2022, após um longo período de intermitência no funcionamento das atividades, iniciado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) em março de 2020. Durante os dois primeiros anos da pandemia, a cidade passou por 16 flexibilizações e seis fechamentos, sempre em resposta aos indicadores de contágio e ocupação hospitalar (Silva, 2021). Embora algumas atividades tenham sido liberadas já em abril de 2021, como cultos religiosos, academias e parte do comércio, a normalização completa somente se consolidou ao longo de 2022, especialmente após o avanço da vacinação e a queda nos casos graves de COVID-19.

Mas se a redução das atividades na cidade durante a pandemia incorreu em significativo crescimento no número de pichações, o que teria ocorrido com a pichação após a retomada da normalidade? Teria havido uma redução no ritmo de expansão do fenômeno

na cidade? O presente artigo busca responder a essas perguntas, estabelecendo uma comparação entre os registros de pichação no Hipercentro de Belo Horizonte, gerados a partir de coleta primária realizada em 2019 (pré-pandemia), 2022 (período pandêmico) e 2023 (pós-pandemia).

Apesar de todas as esferas sociais terem sido impactadas pela pandemia e da ampla produção acadêmica sobre seus efeitos, alguns aspectos ainda permanecem pouco explorados, tais como a dimensão cultural. O novo contexto gerado pela crise sanitária interferiu significativamente nas interações interpessoais, nas expressões culturais e em seus movimentos (Tomás; Nobre, 2024). Nesse cenário atípico, marcado por anseios e incertezas compartilhados, os elementos culturais podem funcionar como ferramentas de sobrevivência, especialmente por meio das expressões culturais em ambientes abertos e compartilhados (Bhabha, 1998), que passam por ressignificações diante das adversidades. Assim, compreender os impactos da pandemia sobre a expressão das identidades culturais coletivas, tais como a pichação, revela-se uma proposta promissora e necessária.

O texto se encontra organizado em três partes, às quais, logo após a introdução, discute-se a relação da pichação com a Teoria das Atividades Rotineiras (TAR), atrelando os padrões de ações aos contextos; depois tem-se os procedimentos metodológicos utilizados, pautados pela coleta primária de informação nos três anos, para a comparação entre eles; em seguida tem-se os resultados e suas análises, relacionando aos aspectos que alteraram ou se mantiveram durante o período abordado; concluindo-se com as considerações finais.

2. TEORIA DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS (TAR)

Apesar de ser uma manifestação cultural e uma forma de expressão de atores hegemonzados contra o *establishment*, a pichação ainda é amplamente condenada por autoridades e parte da sociedade civil brasileiras, sendo tratada como poluição visual e enquadrada como crime ambiental. A Lei Federal nº 9.605/1998 incluiu a pichação como infração ambiental, posteriormente reformada pela Lei nº 12.408/2011, que descriminalizou o grafite autorizado, mantendo a criminalização da pichação.

Em Belo Horizonte, a repressão legal começou com a Lei Municipal nº 6.995/1995, que previa prisão e multa para pichadores (Viana; Bagnariol, 2014). A intensificação da prática levou à promulgação da Lei Municipal nº 11.318/2021, que estipula multas de até R\$ 20.000,00, especialmente em casos de reincidência ou danos a bens tombados. Além disso, operações conjuntas entre Polícia Civil, Militar e Ministério Público resultaram na

prisão de diversos pichadores de forma truculenta (Diniz *et al.*, 2017; 2019; 2021; 2024; Lopes, 2021).

Destaca-se que o que pode ser considerado depredação, poluição ou crime é determinado pelo contexto social (Vaz, 2013) e pela estrutura vigente de poder, que estabelece os pretextos da marginalização da criminalização (Carvalho, 2013), podendo ser interpretado de forma diferente por variados grupos. Diante do exposto, utilizamos neste artigo uma teoria criminológica como quadro de referência para estudar a distribuição espacial e a evolução temporal da pichação, pois os praticantes precisam atuar sub-repticiamente para atingir os alvos desejados. Trabalhamos, especificamente, com a Criminologia Ambiental, que propõe a análise dos padrões criminais a partir de atributos sociodemográficos, temporais e espaciais, geralmente representados por gráficos, tabelas e mapas, com o objetivo de prever eventos, orientar ações policiais e planejar estratégias de prevenção (Wortley; Mazerolle, 2008). Essa abordagem opera em diversas escalas espaciais (Brantingham; Brantingham, 1991), focando especialmente na dimensão situacional, buscando entender o contexto espacial no qual os crimes ocorrem (Andresen, 2014), utilizando como referência variáveis ambientais na explicação do fenômeno criminal, bem como no desenvolvimento de estratégias de prevenção (Wortley; Mazerolle, 2016).

Dentre as principais interpretações teóricas vinculadas a essa vertente interpretativa figura a TAR (Cohen; Felson, 1979), que sugere que o crime ocorre quando infrator motivado, alvo adequado e ausência de guardiões capazes convergem no espaço. Os autores assumem que a motivação dos infratores está sempre presente, fato que distingue a TAR de outras teorias criminológicas, que buscam examinar em primeiro lugar porquê e como os ofensores se motivam para a prática criminal. Segundo a teoria, alvos adequados bem como guardiões capazes podem ser tanto humanos quanto não humanos, ao passo que os guardiões capazes podem ser formalmente organizados (agentes da lei, vigias etc) ou informais (vizinhos, transeuntes, clientes, entre outros) (Hollis; Felson; Welsh, 2013). A suscetibilidade de um alvo depende de quão bem ele pode ser subtraído e escondido, além do seu valor. Portanto, a TAR opera simultaneamente em duas escalas, micro e macro. No plano micro, a teoria afirma que o crime acontece quando um provável infrator converge com um alvo disponível na ausência de um guardião capaz, ao passo que no plano macro, a teoria afirma que certas características da sociedade como um todo pode tornar essas convergências mais prováveis (Felson; Cohen, 1980).

A teoria tem sido amplamente aplicada ao estudo de diversos fenômenos, incluindo pichações (Diniz *et al.*, 2024); crimes cibernéticos (Morillo Puente; Ríos Hernández, 2022);

contra pessoas (Melo *et al.*, 2018); contra a propriedade (Silva *et al.*, 2019); sexuais (Franklin *et al.*, 2012); e, vandalismo (Gerell, 2021; Snowden, 2021). Em geral, os testes empíricos da TAR tendem a focar na compreensão das motivações dos infratores, por meio de abordagens etiológicas e baseadas em oportunidades (Robertiello; Terry, 2007; McMurrin, 2009; Rouchy *et al.*, 2020). Há, ainda, extensa pesquisa sobre alvos potenciais, com abordagens vitimológicas e situacionais ou ambientais (Felson, 2017; Dearden; Gottschalk, 2021; Sanchez-Ruiz *et al.*, 2023). No entanto, menos atenção tem sido dada aos guardiões capazes (Hollis-Peel *et al.*, 2011), o que reforça a importância de estudos que abordem essa lacuna na literatura.

Apesar de seu uso disseminado, a TAR é criticada por sua abordagem simplista, que foca em apenas três fatores e ignora influências sociais como educação e status socioeconômico. Também é criticada por descrever como o crime acontece, sem explicar de forma abrangente por que ele ocorre (Jeffery, 1993). Além disso, a TAR é acusada de ser facilmente apropriada por políticas econômicas excludentes e por estratégias policiais voltadas à repressão de crimes menores, semelhantes à abordagem de tolerância zero (Garland, 1995). Ainda assim, a teoria continua sendo uma estrutura útil para explicar a interação de diversos fatores que influenciam o comportamento criminoso em contextos específicos.

Diante da repressão crescente e da hostilidade social, a TAR (Cohen; Felson, 1979) oferece um arcabouço teórico útil para compreender os efeitos da retomada da normalidade das atividades, sobretudo, da livre circulação de pessoas no período pós-pandêmico sobre a pichação no Hipercentro de BH. Afinal, com o fim das medidas de distanciamento social e de restrição na circulação impostas pela Prefeitura, houve uma significativa ampliação da presença de “guardiões capazes”, o que pode ter dificultado a ação dos pichadores, que, supostamente, passaram a encontrar maiores dificuldades na sua prática.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para testar esta hipótese, realizou-se pormenorizado escrutínio das pichações presentes na área de estudos em 2019, 2022 e 2023, replicando a metodologia proposta por Diniz e outros (2015; 2017; 2019; 2024). Como uma das principais centralidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o Hipercentro de Belo Horizonte (figura 1) recebe uma população flutuante diária superior a 2 milhões de pessoas (ARMBH, 2021). Isso torna sua paisagem altamente cobiçada pelos pichadores e representa um estudo de caso crítico. É uma das áreas mais pichadas da cidade, não apenas pela notoriedade que

confere às marcas ali deixadas, mas também pela presença de uma cena *hip-hop* efervescente, que atrai artistas de toda a RM, do estado e de outras partes do país. O fácil acesso à área reforça ainda mais sua importância.

Neste estudo utilizou-se um conceito ampliado de pichação, envolvendo todas as inscrições encontradas nas fachadas externas de edifícios e muros, monumentos e equipamentos urbanos, como bancos, caixas de correio e telefones públicos — incluindo *tags*, *throw-ups*, *pieces* e slogans. Ver Diniz e outros (2015; 2019) e Lopes (2023) para uma descrição pormenorizada.

A coleta de dados em campo envolveu a definição de rotas a serem percorridas a pé pelos pesquisadores, de modo que todos os quarteirões do Hipercentro fossem cobertos. Seguindo os trajetos planejados, eles fotografaram as pichações, registraram coordenadas geográficas e preencheram um formulário de observação para cada marca encontrada. Os quarteirões visitados durante a semana foram revisitados aos fins de semana para registrar também as pichações em portas e vitrines de estabelecimentos comerciais.

As campanhas de coleta de dados tiveram início em um momento pré-pandêmico, tendo o primeiro levantamento sido realizado em dezembro de 2019, coincidindo com o momento em que os primeiros casos de COVID-19 foram registrados na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China (Croda; Garcia, 2020). Esses dados serviram como *benchmark* a partir do qual os efeitos da pandemia e da retomada da normalidade das atividades foram comparados.

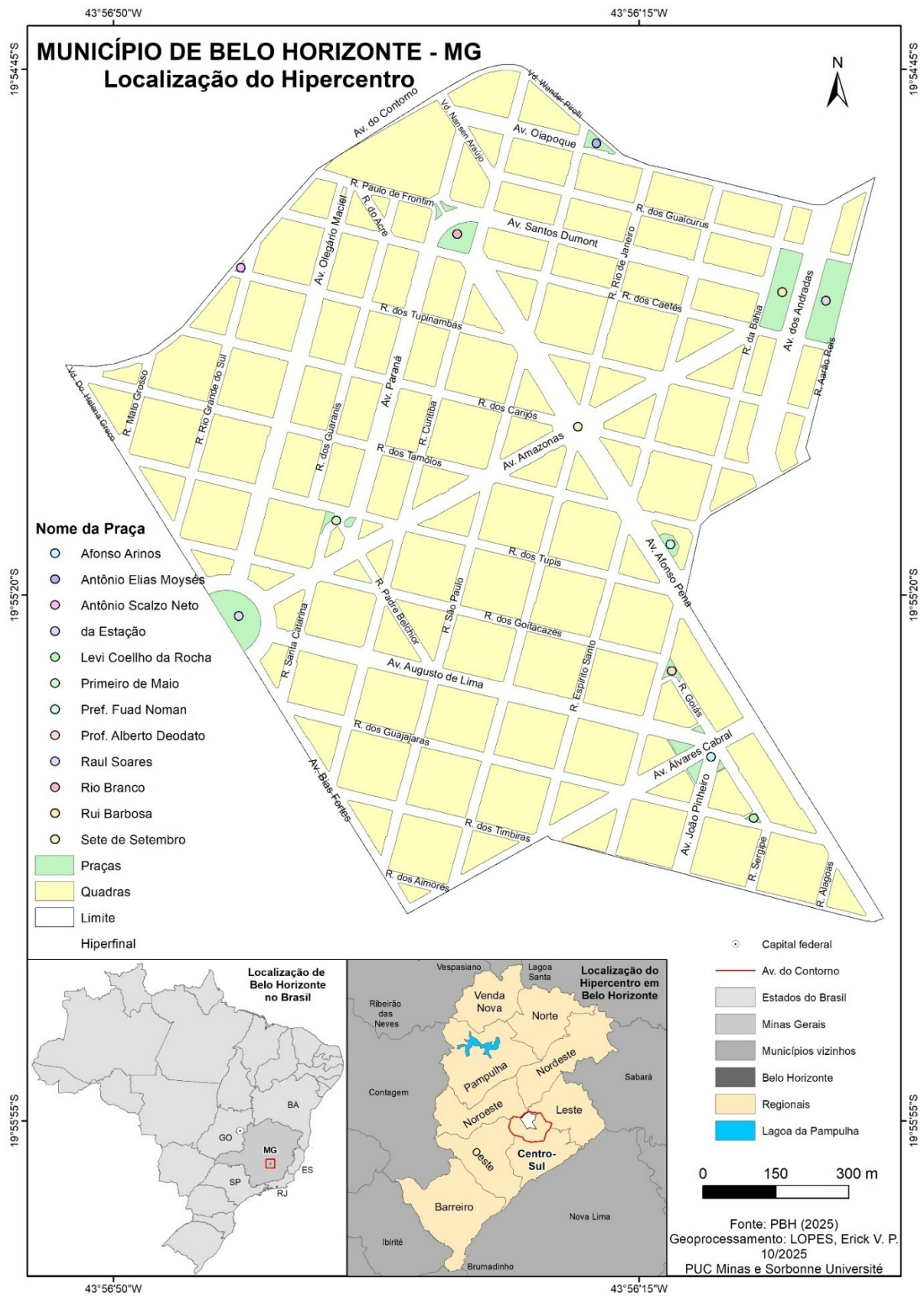


Figura 1 – Localização do Hipercentro, no bairro Centro, em Belo Horizonte – MG
Fonte: LOPES (2025).

Em resposta à crise sanitária e ao alerta da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cidade de Belo Horizonte vivenciou a partir de março de 2020, uma série de lockdowns e períodos de flexibilização (Silva, 2021), que perduraram até março de 2022 (Belo Horizonte, 2022). Tão logo o estado de calamidade pública decretado pela Prefeitura expirou, realizou-se a segunda coleta de dados, em abril de 2022. Esses dados cobrem o período pandêmico e registram os efeitos da circulação de pessoas na respectiva localidade na pichação.

Passados 14 meses, retornou-se a campo em dezembro de 2023, quando a terceira coleta de informações foi realizada. Esses dados representam, portanto, o período de plena atividade econômica e livre circulação de pessoas, caracterizando a fase pós-pandêmica.

Após a conclusão do levantamento de campo, as informações dos formulários empregados na coleta de dados foram digitalizadas, formando um banco de dados alfanumérico. A etapa seguinte do projeto incluiu análises estatísticas descritivas e inferenciais. Os dados das coordenadas geográficas foram importados para um ambiente ArcGIS, onde foram gerados mapas coropléticos para identificar a distribuição espacial da pichação.

4. ECOS DA PANDEMIA

A análise comparativa dos dados coletados em 2019, 2022 e 2023 no Hipercentro de Belo Horizonte revela transformações significativas na prática da pichação, influenciadas diretamente pela pandemia de COVID-19 e pela progressiva retomada das atividades urbanas, tão cedo as condições sanitárias permitiram.

Note-se que levando-se em consideração os meses de novembro de 2019 e maio de 2021, a população flutuante da localidade diminuiu cerca de 53,0% (ARMBH, 2021), gerando uma condição excepcional para o estudo da pichação. Aproveitando-se dessa diminuição no número de “guardiães capazes” e da consequente redução da vigilância urbana durante os períodos de *lockdown*, fato que ampliou a liberdade de ação dos pichadores, registrou-se entre 2019 e 2022 um aumento de 59,9% no número de pichações presentes no Hipercentro, que saltaram de 3.549 para 5674 pichações, confirmando as expectativas da TAR (gráfico 1).

O fenômeno voltou a se expandir entre 2022 e 2023, chegando a 9.791 pichações, representando um percentual de crescimento de 72,6%, contrariando as expectativas da TAR. Afinal, com a retomada das atividades e a ampliação do número de “guardiães capazes” esperava-se uma estabilização ou baixo crescimento do número de pichações entre 2022 e 2023. Mas como veremos mais adiante nesta seção, os pichadores passaram

a adotar novas formas de expressão e *modi operandi*, de modo a preservar a sua atividade face à crescente circulação de pessoas.

O material utilizado na realização das pichações representa uma das principais alterações observadas em campo. Note-se que a proporção de pichações realizadas com o uso de sprays, antes dominante, com percentuais próximos dos 80%, caiu para menos de 60% em 2023. O uso de rolinho (rolo de tinta) também apresentou tendência consistente de queda no período, ficando abaixo de 5% em 2023. Por outro lado, a utilização de materiais alternativos, como canetões, bisnaguinhas e *stickers*², apresentou expressiva expansão ao longo do período (gráfico 2). Além de sugerirem estratégias para driblar a vigilância e facilitar a aplicação, esses materiais também revelam novas tendências estéticas.

Uma dessas estratégias passou a ser o uso do marcador, canetão ou *paint marker*, que é uma caneta com fluxo contínuo e abundante de tinta permanente, passível de ser recarregável (Lopes, 2023). Apesar de já ser utilizado nos Estados Unidos desde as décadas de 1960-70, pelo baixo custo, no contexto brasileiro este uso é igualmente antigo, embora seja pouco visado. Além de ser mais facilmente escamoteável do que as latas de spray aerossol e do rolinho e de ser empregado para distintas finalidades, dificultando a sua conexão direta com a prática da pichação, o canetão permite uma escrita mais precisa e a possibilidade de utilização em suportes menos porosos.

O uso de *stickers* também aparece como forma de expressão nos espaços públicos e fachadas externas das edificações nos Estados Unidos desde a década de 1960. No entanto, foi apenas nos anos 1990 que esse recurso se popularizou, sendo amplamente utilizado como forma de crítica, ironia e outras expressões contestatórias (Bornhausen, 2011). Nos anos seguintes, passaram a ser mais intensamente empregados na paisagem urbana.

No Brasil, os primeiros indícios de uso datam da década de 1990, com popularização nos anos 2000 (Agreli, 2013). Nessa fase, já era possível observar sua presença em diversas capitais, além da realização de eventos especializados em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro (RJ) e Curitiba (PR). Desde então, o uso dos *stickers* evoluiu, superando barreiras e consolidando-se como uma prática expressiva (Cordeiro; Corrêa,

² Stickers são caracterizados como adesivos personalizados, que no contexto da arte de rua, retratam letras e imagens que representam a marca pessoal de indivíduos ou coletivos. São utilizados para fixação em suportes urbanos diversos, como paredes, estátuas, pontos de ônibus, postes de energia elétrica, dentre outros, tendo como traço marcante serem resistentes aos elementos e de difícil remoção (Lopes, 2023), garantindo aos praticantes maior longevidade na paisagem urbana.

2009). No contexto de Belo Horizonte, a prática teve início em torno do ano de 2015, com crescimento progressivo na participação e visibilidade (Diniz; Ferreira; Lacerda, 2019; Lopes, 2020).

Mas o que explicaria sua grande presença antes, durante e depois da pandemia? Como informado anteriormente, as forças de segurança vinham coibindo a ação dos pichadores de forma ostensiva e truculenta em Belo Horizonte. Em virtude da crescente repressão, os pichadores passaram a buscar alternativas menos arriscadas, com o uso de materiais e técnicas mais ágeis de aplicação (Lopes, 2021). Durante a pandemia a vigilância nas ruas foi aliviada, mas tão logo as atividades foram retomadas, o aparato repressivo também reestabeleceu as suas rotinas, voltando a dificultar a ação dos pichadores. Esse fato incentivou, ainda mais, a utilização de *stickers* como forma de expressão nas ruas³, formando uma espécie de museus informais a céu aberto.

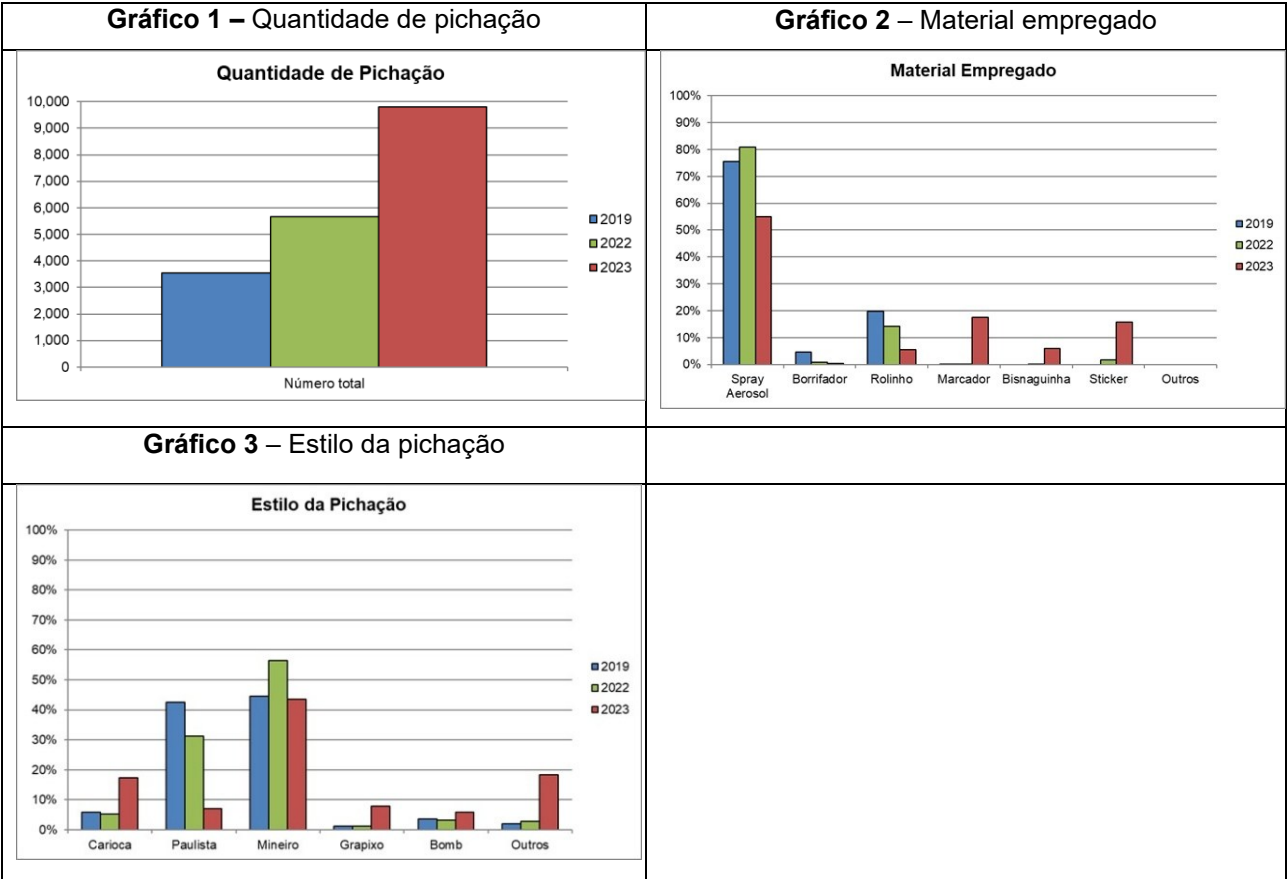
Mas a sua crescente popularização não se assenta exclusivamente no fato de ser aplicável de modo mais rápido e seguro. Além dessa dimensão funcional, simbolicamente a prática recebeu a santificação da cena de São Paulo, que é considerada um grande centro inovador no campo da arte urbana e onde os *stickers* passaram a ganhar relevância entre os pichadores locais nos últimos anos. Tal força é evidenciada pela prática de trocas de *stickers* em pontos de encontro de pichadores, tendo, em alguns casos, pontos exclusivos destas trocas, principalmente em eventos ligados à cena.

Observe-se, ainda, que poucos anos antes da pandemia, as redes sociais passaram a incorporar *stickers* digitais, ou *figurinhas*, em seus *chats*, prática que se intensificou durante o período pandêmico. Esse comportamento foi transposto para o mundo material, com a produção massiva de *stickers* físicos, funcionando como uma extensão das manifestações das mídias sociais nas superfícies urbanas (Sodré, 2022).

Em relação aos estilos (gráfico 3), alterações também ocorrem na proporção de marcações cariocas (de 5,9%, em 2019 para 17,3%, em 2023), com a correspondente diminuição no estilo paulista (de 42,6%, em 2019 para 7,1%, em 2023) e mineiro (de 44,6%, em 2019 para 43,6%, em 2023). Acrescente-se, ainda, a expansão na proporção de grapixos (de 1,2% para 8,0%), de *bombs* (de 3,6% para 6,0%) e da categoria de outros estilos (letras de caixa alta, cursivas e não identificadas) (de 2,1% para 18,0%), indicando maior diversidade estética e influência de novas linguagens visuais, bem como o uso de diferentes letras em materiais variados, tendo sido registrada a presença destas letras não

³ Em algumas porções do Hipercentro, todos os equipamentos públicos possuem no mínimo uma marcação de *stickers*, podendo ou não, estar marcado com canetão ou semelhante.

convencionais também apoiadas nos stickers e nos canetões. Aqui também se tem evidências da mudança de comportamento dos pichadores, que passaram a adotar estéticas mais coloridas e visualmente mais atraentes, como resposta à crescente repressão.



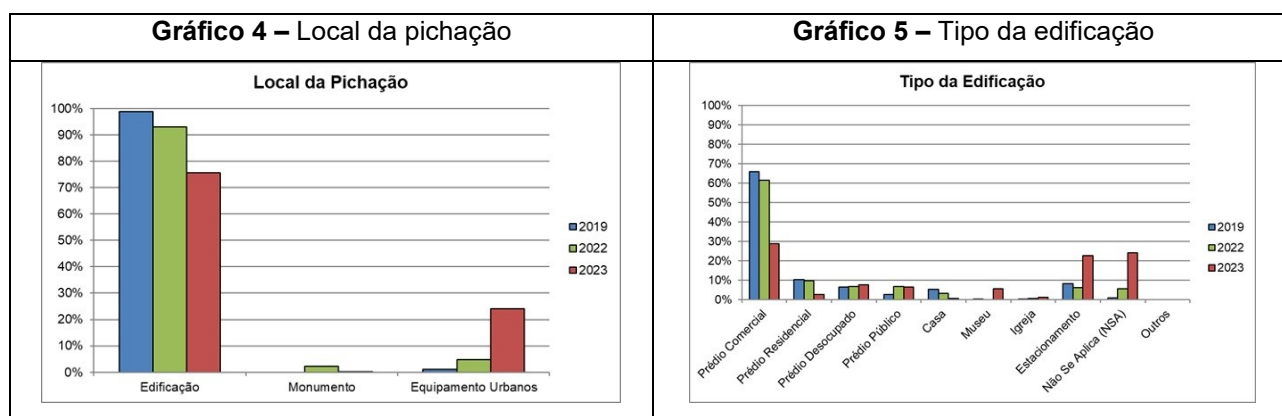
Fonte: Dados da pesquisa (2019-2023).

Aliado a isso, registrou-se alterações sensíveis nos locais de aplicação das pichações. No período analisado, pichações em edificações diminuíram de 98,8% (2019) para 75,6% (2023), enquanto aquelas presentes em monumentos e equipamentos públicos passaram a ser alvos mais frequentes, chegando a 24,1% em 2023 (gráfico 4). Essa alteração está associada às mudanças observadas na utilização dos materiais empregados e nos estilos presentes na pichação. Com o crescente uso de *stickers* e marcadores, elementos das paisagens urbanas com menor área (placas de sinalização, postes de eletricidade, hidrantes, bancas de revista, bancos de praça, bustos e outras estátuas, dentre outros), passaram a ser utilizados como suporte.

Outro aspecto que se entrelaça a essas práticas é a repressão por parte das forças de segurança. Um exemplo emblemático ocorreu em 2017, quando o artista urbano Felipe Arco foi processado pelas autoridades por realizar pichações poéticas em lixeiras da capital

mineira. Suas frases inspiradas em vivências pessoais e também publicadas em livros, buscavam oferecer conforto às pessoas em seu cotidiano (SILVA, 2017). O caso mobilizou amplamente a cidade, gerando debates sobre os limites entre arte e vandalismo. Diversos setores da sociedade civil, universidades e até torcidas organizadas de times de futebol se uniram em apoio ao artista. Como forma de protesto, outros praticantes também passaram a direcionar suas intervenções às lixeiras, transformando-as em suportes simbólicos de resistência.

Confirmando a crescente ousadia dos pichadores, também se registrou alterações na tipologia das edificações utilizadas como suporte para a pichação (gráfico 5). As pichações em imóveis comerciais e residenciais caíram de 85,5% para 31,6%, enquanto museus, igrejas e estacionamentos aumentaram de 8,7% para 29,6%, refletindo mudanças nas dinâmicas de circulação e vigilância. Como informado anteriormente, como os *stickers* têm superfície menor do que as *tags* realizadas com spray, rolinho ou borrifador, espaços outrora desvalorizados ganharam novos significados.



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2023).

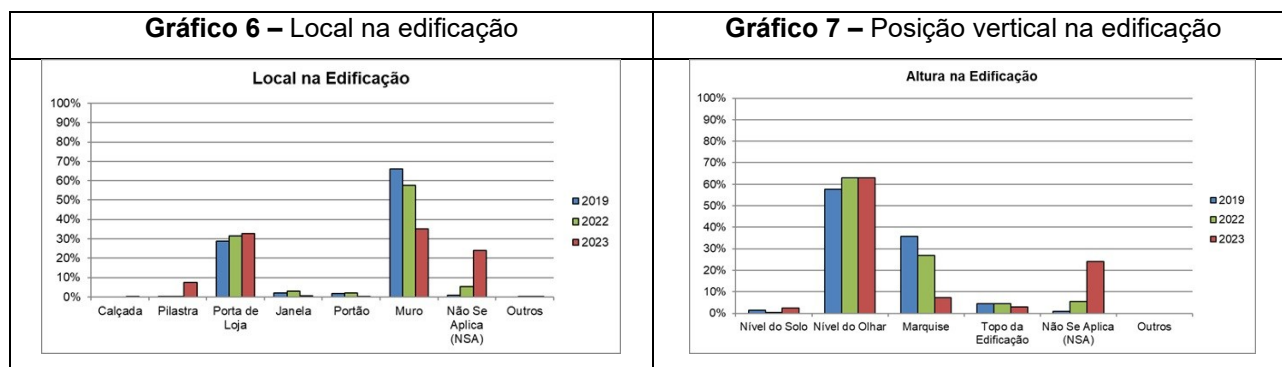
Quanto ao local pichado na edificação (gráfico 6), detectou-se importante redução de pichações em muros (de 66,2% em 2019 para 35,0% em 2023), também nas janelas (de 2,1% em 2019 para 0,4% em 2023) e nos portões (de 1,7% em 2019 para 0,3% em 2023). Por outro lado, observou-se um expressivo aumento do uso de pilastras (de 0,3% em 2019 para 7,5% em 2023). Mas a alteração mais sensível diz respeito à categoria “Não se Aplica” que passou de 0,8% em 2019 para 24,1% em 2023. Essa categoria residual revela a ampliação do número de pichações em suportes distintos de espaços edificados, nela figurando monumentos, estátuas e equipamentos urbanos, tais como bancos e bancas de revista; resvalando, mais outra vez, nos dados anteriores, pois os materiais permitiram

maior facilidade de realização em suportes variados e tornaram-se alvos pela disputa ter acrescido.

Mais um aspecto que merece destaque é que a posição vertical nas edificações também foi alterada, registrando-se uma redução expressiva na utilização de marquises de 35,8% em 2019 para 7,3% em 2023 e do topo da edificação de 4,5% para 3,0% (gráfico 7). Nesse mesmo período os pichadores passaram a priorizar espaços na altura do olhar (de 57,6% para 63,1%) e do solo (de 1,4% para 2,5%).

Essa transformação articula-se com aspectos de altura, função e o contexto da pandemia. Por ser considerado uma área de uso misto, o Hipercentro abriga edificações em que o térreo é geralmente destinado a atividades comerciais e/ou de serviços, enquanto os andares superiores são ocupados por residências ou outras funções. A marquise — frequentemente situada na altura do segundo pavimento — e os topos dos edifícios, que variam em altura, tornaram-se alvos menos atrativos a partir da pandemia, possivelmente em razão da maior permanência das pessoas em suas casas. Esse novo cenário, além de intensificar a presença de 'guardiões capazes' em suas residências, também impulsionou reformas em diversos imóveis, sejam eles residenciais ou não, com melhorias nas instalações elétricas, na ergonomia e na estética, por meio de pinturas internas e externas (Albuquerque *et al.*, 2021), tornando esses locais menos interessantes para determinadas práticas urbanas.

Sua continuação após o momento de crise, pode advir, também, dos usos dos outros materiais, que, em função do seu tamanho menor, necessitam de elevação mais baixas para garantir a sua visibilidade. Some-se a isso, o fato de que esses novos alvos não são objeto de limpeza frequente pelos órgãos públicos locais (como lixeiras, pontos de ônibus), fato que amplia a longevidade das marcas. Apesar da diminuição no topo e marquise, essas também obtiveram alterações qualitativas, pois anteriormente os topos mais altos eram alvos preferenciais, uma vez que somente os alcançava os pichadores mais ousados. Recentemente, os topos mais baixos, presentes em edificações com menos de quatro andares, passaram a ter mais marcações, principalmente nas edificações de dois andares, em que geralmente não possui ocupação no segundo andar.



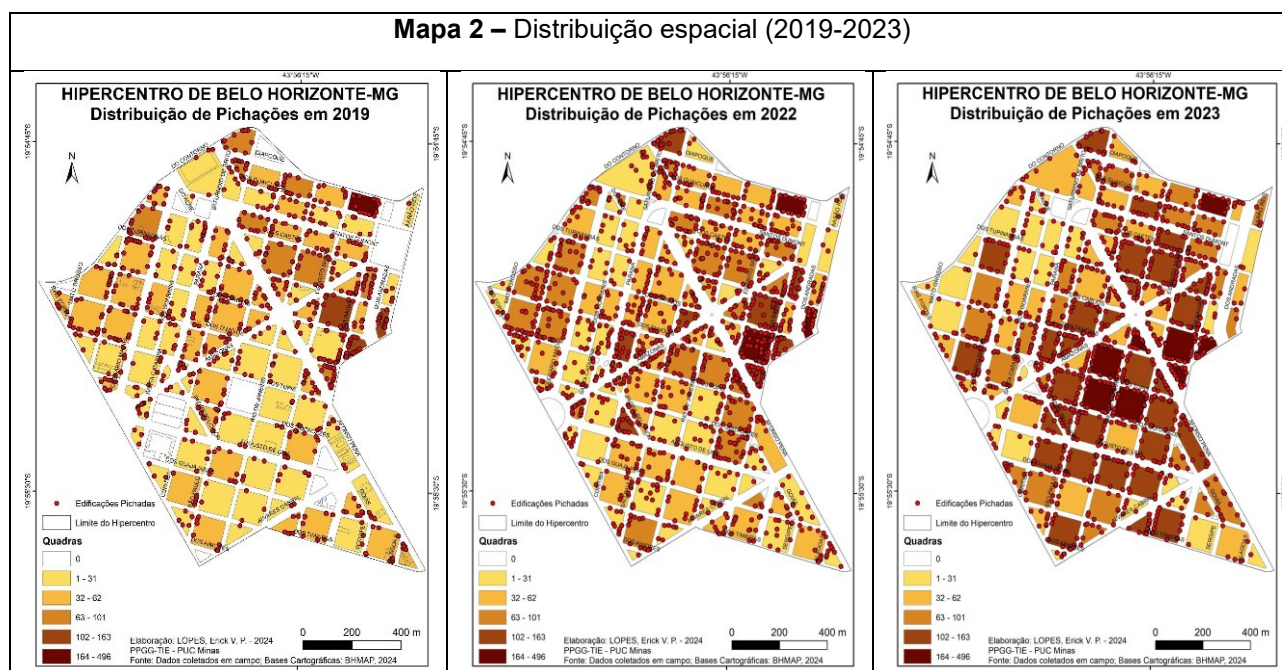
Fonte: Dados da pesquisa (2019-2023).

É digno de nota, que apenas dois dados apresentaram estabilidade, como a natureza da pichação que permaneceu majoritariamente sob a forma de *tags*, com assinaturas individuais ou de grupos de pichadores, contabilizando mais de 97% das marcas registradas em todos os anos analisados. Bem como a superposição, tendo-se valores acima de 99% em marcas sem sobreposição. Tais fatos são curiosos. O primeiro demonstra como certos estilos (*tags* e afins) passaram a utilizar noveis formas, buscando sua adaptação; o segundo apresenta a discussão do respeito ao espaço, pois comumente o *sticker* tem-se maior sobreposição, pelo tamanho menor das superfícies utilizados e a busca de preencher todo o suporte (Cordeiro; Corrêa, 2009).

A análise da distribuição espacial das pichações também revela significativas alterações. No período pré-pandêmico (2019), as pichações concentravam-se principalmente no entorno do Viaduto Santa Tereza (conhecido como *Santê*), reconhecido como um dos principais templos da arte de rua em Belo Horizonte e local de referência para a cultura *hip-hop* local, regional e nacional. Algumas áreas, no entanto, permaneceram relativamente preservadas, seja pela baixa visibilidade, tais como trechos ao sul, na Avenida Álvares Cabral, por exemplo, seja pela presença de equipamentos com vigilância constante, como o Mercado Central, o Minascentro e o Shopping Cidade. Também se destacam zonas de menor presença ao norte, nas proximidades da Rodoviária Municipal, e áreas de circulação controlada ao leste, como a Praça da Estação.

Durante o período pandêmico (2022), com a cidade esvaziada e a vigilância urbana reduzida, os pichadores expandiram significativamente o alcance de suas intervenções, buscando saturar o Hipercentro com as suas marcas. Além do *Santê*, passaram a atuar intensamente nas proximidades da Rodoviária Municipal e do Shopping Oiapoque, ao norte, e em áreas próximas à região hospitalar ao sul, que mantiveram algum nível de circulação. As zonas menos pichadas coincidem com aquelas já pouco marcadas em 2019, sugerindo uma persistência de padrões de visibilidade e vigilância.

No período pós-pandêmico (2023), observa-se uma nova expansão espacial derivada da utilização de novas formas de pichar anteriormente discutidas, com destaque para áreas centrais e do oeste da localidade, especialmente aquelas com maior conectividade por transporte público. Essa ampliação veio acompanhada de mudanças nos materiais utilizados, indicando estratégias dos pichadores para contornar a vigilância urbana e adaptar suas práticas ao novo contexto de circulação intensa. Pelos novos materiais serem de menor alcance, faz-se necessário a utilização de pontos ainda mais estratégicos nos nós de circulação da área central belo-horizontina.



Fonte: Dados da pesquisa (2019-2023).

Os resultados evidenciam que a pichação no Hipercentro de Belo Horizonte não apenas resistiu à repressão institucional, como se adaptou e se intensificou durante e após a pandemia. A TAR, de Cohen e Felson (1979), oferece um arcabouço em parte eficaz para compreender essa dinâmica: a redução dos “guardiões capazes” durante os *lockdowns* criou oportunidades para os infratores motivados (pichadores) atuarem sobre alvos disponíveis (muros, monumentos, equipamentos urbanos); porém, com a volta à normalidade da presença destes guardiões, a pichação ainda continuou aumentando, contrariando os preceitos da teoria.

A retomada da circulação urbana em 2023 não reverteu o crescimento da pichação, mas transformou seus *modos operandi*. A adoção de materiais alternativos e estilos visuais mais diversos indica uma resposta criativa à repressão, alinhada com estudos que apontam

a pichação como forma de resistência estética e política (Ferrell, 1995; Snyder, 2009; Diniz *et al.*, 2024).

Além disso, o deslocamento dos alvos para monumentos e equipamentos públicos sugere uma reconfiguração simbólica da prática, com maior ousadia e contestação ao espaço institucional. Isso reforça a leitura da pichação como linguagem subversiva, que se reinventa frente às tentativas de controle urbano.

O estudo contribui para a literatura ao demonstrar empiricamente como eventos disruptivos (como a pandemia) podem alterar padrões espaciais e estéticos de práticas urbanas marginais, e como essas práticas se articulam com dinâmicas sociais, culturais e políticas. Além disso, apoia-se na afirmação das expressões culturais como ferramentas de sobrevivência, de ressignificações e adaptação frente aos novos desafios.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise longitudinal da pichação no Hipercentro de Belo Horizonte entre os anos de 2019 e 2023 evidencia que esse fenômeno é extremamente dinâmico, apresentando não apenas uma forte expansão ao longo dos últimos anos, mas, sobretudo, um redesenho estético, espacial e operacional. A pandemia de COVID-19 reconfigurou temporariamente a dinâmica urbana, abrindo oportunidades para expansão da prática, em virtude da redução de “guardiões capazes”. No entanto, a persistência e o crescimento da pichação após a plena retomada das atividades demonstram um processo mais complexo de transformação cultural e adaptação estratégica dos pichadores. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados oferecem contribuições relevantes.

Do ponto de vista metodológico, o estudo reforça a importância dos levantamentos primários sistemáticos e replicáveis no tempo, especialmente em fenômenos urbanos fortemente conectados ao uso do espaço, como é o caso da pichação. A realização de três campanhas de campo com protocolos idênticos, envolvendo percursos previamente estabelecidos, registro fotográfico georreferenciado, criação de base alfanumérica de informações e análise espacial, permitiu a construção de uma série histórica rara no contexto da criminologia ambiental aplicada às paisagens culturais subversivas.

Além de identificar mudanças quantitativas, essa estratégia permitiu o registro de transformações qualitativas e simbólicas, como a crescente adoção de *stickers* e canetões, a diversificação dos estilos e a redefinição dos alvos. Evidencia-se, assim, a necessidade de metodologias sensíveis à estética, ao suporte e ao contexto, capazes de integrar análises criminológicas, etnográficas e geoespaciais. Os achados também reforçam o valor

analítico das abordagens multiescalares e temporais, combinando estatísticas descritivas, análise espacial e leitura qualitativa dos padrões emergentes. Em fenômenos que se modificam rapidamente e respondem de forma adaptativa às pressões externas, apenas metodologias de alta resolução temporal e espacial permitem registrar os contornos mutáveis da prática.

Em termos teóricos, o estudo contribui para o debate sobre a aplicabilidade e os limites da TAR quando aplicada a práticas simbólicas e culturais. Embora a TAR tenha se mostrado eficaz para explicar o crescimento observado entre 2019 e 2022, momento caracterizado pela drástica redução de “guardiões capazes”, ela se revelou insuficiente para compreender a intensificação e diversificação da pichação no cenário pós-pandêmico. A discrepância entre as previsões da TAR e os resultados empíricos sugere que modelos explicativos baseados exclusivamente em oportunidades situacionais e em contextos específicos não dão conta da complexidade das práticas culturais de contestação.

A pichação não é apenas um ato oportunista, representando uma expressão de identidade, pertencimento, resistência estética, disputa territorial simbólica e estratégias de visibilidade. A manutenção do crescimento após a retomada das atividades e o aumento da vigilância apontam para a necessidade de incorporar variáveis de ordem cultural, política e comunicacional às teorias criminológicas. Por fim, os resultados reforçam a ideia de que práticas subculturais urbanas operam em racionalidades específicas, que podem tensionar ou subverter modelos teóricos tradicionais. A TAR continua valiosa como ferramenta analítica, mas precisa dialogar com abordagens críticas e socioculturais que reconheçam a agência simbólica dos pichadores e o caráter performativo da pichação, valorizando-a.

REFERÊNCIAS

AGRELI, J. **CANASTRA**: o sticker como retribalização na contemporaneidade, na prática do potlatch e da intervenção urbana, por meio da cibercultura. 2013. 174f. Tese (Doutorado em Arte) – Programa de Pós-Graduação em Arte (PPGA), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15035?locale=en>. Acesso em: 19 out. 2025.

ALBUQUERQUE, A.; FRANÇA, J. Á; COSTA, A.; COSTA, R. A.; PEREIRA, M. L.; SOBREIRA, I. L. F. O MESMO ESPAÇO, OUTROS USOS: um olhar sobre a moradia na pandemia da Sars Cov 2. *In*: Encontro Latino-Americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (EuroELECS), Salvador, 2021. **Anais [...]**. EuroELECS, v. 4, n. 1, p. 846-860, 2023. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/euroelecs/article/view/2566>. Acesso em: 20 out. 2025.

ANDRESEN, M. A. **Environmental criminology: Evolution, theory, and practice**. Routledge, 2014. 290p.

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Pesquisa Origem e Destino**. 2021. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/pesquisa-od/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

AUSTIN, J. **Taking the train: How graffiti art became an urban crisis in New York City**. New York: Columbia University Press. 2002

AUSTIN, D. M.; SANDERS, C. Graffiti and perceptions of safety: A pilot study using photographs and survey data. **Journal of Criminal Justice and Popular Culture**, v. 14, n. 4, p. 292–316, 2007.

BELO HORIZONTE (Município). Termina vigência do decreto de calamidade pública em Belo Horizonte. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/termina-vigencia-do-decreto-de-calamidade-publica-em-belo-horizonte>. Acesso em: 10 out. 2025.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 395p.

BORNHAUSEN, D. A. **STICKERS: a exibição das imagens entre o urbano e o virtual**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica (PEPGCS), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4350>. Acesso em: 19 out. 2025.

BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. Introduction: The Dimensions of Crime. *In*: BRANTINGHAM, P. J.; BRANTINGHAM, P. L. (Eds). **Environmental Criminology**. 2. ed. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 1991. p. 7-26.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011**. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.

CARVALHO, R. A. de. **ENTRE PREZAS E ROLÊS: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte**. 2013. 203f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD9ESH7U/1/carvalho_rodrigo_amaro_disserta_o_entre_prezas_e_rol_s.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

COHEN, L. E.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American Sociological Review**, v. 44, n. 4, p. 588-608, 1979. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/matsueda/courses/587/readings/Cohen%20and%20Felson%201979%20Routine%20Activities.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

CORDEIRO, J. G.; CORREIA, J. A. M. EXPOR STICKERS 2008: o sticker como modalidade artística. In: VI Fórum de Pesquisa Científica em Arte (FPCA), Curitiba, 2008-2009. **Anais [...]**. Curitiba, p. 171-183, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12825645/expo-stickers-2008-o-sticker-como-modalidade-artistica-embap>. Acesso em: 20 out. 2025.

CRODA, J. H. R.; GARCIA, L. P. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, n. 1, p. 1-3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/zMMJJZ86vnrBdqpKtfsPL5w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2025.

DEARDEN, T.; GOTTSCHALK, P. Gender and white-collar crime: Convenience in target selection. **Deviant Behavior**, v. 42, n. 11, p. 1485-1493, 2021.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; ALCÂNTARA, S. A. Pichação, paisagem e território no hipercentro de Belo Horizonte. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 22, n. 30, p. 84-103, 2015.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; LACERDA, A. G. Territórios renitentes: os efeitos das políticas repressivas à pichação em Belo Horizonte (2011-2015). **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 589-616, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p589>. Acesso em: 3 mar. 2025.

DINIZ, A. M. A.; FERREIRA, R. G. B.; LACERDA, A. G. Territórios Verticais Grafismos Urbanos no hipercentro de Belo Horizonte. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 20, n. 71, p. 85-103, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/45174>. Acesso em: 3 mar. 2025.

DINIZ, A. M. A.; RIBEIRO, L. M. L.; LOPES, E. V. P.; LIBÓRIO, M. P. Pandemic, Routine Activities, and Graffiti in Belo Horizonte: Has Social Isolation Led to City Saturation?. **The Professional Geographer**, Online, v. 76, n. 5, p. 662-674, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00330124.2024.2355185>. Acesso em: 3 mar. 2025.

DINIZ, A. M. A.; STAFFORD, MARK C. Graffiti and crime in Belo Horizonte, Brazil: the broken promises of broken windows theory. **Applied Geography**, v. 131, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0143622821000758>. Acesso em: 17 out. 2025.

FELSON, M. Linking criminal choices, routine activities, informal control, and criminal outcomes. In: SCOTT, M (Ed.). **The reasoning criminal**. London and New York: Routledge, 2017. p. 119-128.

FELSON, M; COHEN, L.E. 'Human Ecology and Crime: A Routine Activity Approach', **Human Ecology**, 8: 398-405. 1980

FERREIRA, R. G. B.; DINIZ, A. M. A. A SELETIVIDADE ESPACIAL DA PICHANÇA EM BELO HORIZONTE: entre a notoriedade e a efemeridade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 84, p. 119-135, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/56721>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FERRELL, J. Urban graffiti: Crime, control, and resistance. **Youth & Society**, v. 27, n. 1, p. 73-92, 1995.

FERRELL, J.; WEIDE, R. D. SPOT THEORY. **CITY**, v. 14, n. 1-2, p. 48-62, 2010.

FRANKLIN, C. A.; FRANKLIN, T. W.; NOBLES, M. R.; KERCHER, G. A. Assessing the effect of routine activity theory and self-control on property, personal, and sexual assault victimization. **Criminal Justice and Behavior**, v. 39, n. 10, p. 1296-1315, 2012.

GARLAND, D. Penal modernism and postmodernism. In: BLOMBERG, T. G.; COHEN, S. (Eds.). **Punishment and social control**. Piscataway, NJ: Transaction, 1995. p. 181-209.

GERELL, M. Does the association between flows of people and crime differ across crime types in Sweden? **European Journal on Criminal Policy and Research**, v. 27, n. 3, p. 433-449, 2021.

HOLLIS, M. E.; FELSON, M.; WELSH, B. C. The capable guardian in routine activities theory: a theoretical and conceptual reappraisal. **Crime Prevention and Community Safety**, v. 15, n. 1, p. 65-79, 2013.

HOLLIS-PEEL, M. E.; REYNALD, D. M.; BAVEL, M.; ELFFERS, H.; WELSH, B. C. Guardian- ship for crime prevention: a critical review of the literature. **Crime, Law and Social Change**, Springer Verlag, v. 56, n. 1, p. 53-70, 2011.

ISNARDIS, A. Pinturas Rupestres Urbanas: uma Etnografia das Pichações em Belo Horizonte. **Revista de Arqueologia**, n. 10, p. 143-161, 1997.

JEFFERY, C. R. Obstacles to the development of research in crime and delinquency. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 30, n. 4, p. 491-497, 1993.

LENNON, J. **Conflict graffiti**: From revolution to gentrification. Chicago: University of Chicago Press, 2022. 296p.

LEWISOHN, C. **Street art**: The graffiti revolution. London: Tate Publishing, 2008. 160p.

LOPES, E. V. P. **A METROPOLIZAÇÃO DA PICHANÇA**: evidências a partir dos eixos e corredores de ligação intrametropolitano. 2023. 308f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial (PPGG-TIE), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://bib.pucminas.br/teses/Geografia_ErickViniciusPereiraLopes_30490_Textocompleto.pdf. Acesso em: 4 mar. 2025.

LOPES, E. V. P. **A METROPOLIZAÇÃO DA PICHANÇA**: evidências de Contagem e Ribeirão das Neves. 2020. Monografia (Graduação em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://bib.pucminas.br:8080/pergamumweb/vinculos/000076/000076e4.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2025.

LOPES, E. V. P. Ensinaamentos geográficos a partir da pichação. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 21, n. 1, p. 51-70, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/11983>. Acesso em: 4 mar. 2025.

MCMURRAN, M. Motivational interviewing with offenders: A systematic review. **Legal and Criminological Psychology**, v. 14, n. 1, p. 83-100, 2009.

MELO, S. N.; PEREIRA, D. V.; ANDRESEN, A.; MATIAS, L. F. Spatial/temporal variations of crime: A routine activity theory perspective. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 62, n. 7, p. 1967-1991, 2018.

MORILLO PUENTE, S.; RÍOS HERNÁNDEZ, I. N. Cibervictimización en el marco de la Teoría de Actividades Rutinarias en la era digital. **Revista de Psicología**, v. 40, n. 1, p. 265-291, 2022.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Lei nº 6.995, de 22 de novembro de 1995**. Proíbe a pichação no âmbito do município. Belo Horizonte: CMBH, 1995. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1995/700/6995/lei-ordinaria-n-6995-1995-proibe-a-pichacao-no-ambito-do-municipio>. Acesso em: 24 jun. 2025.

PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Lei nº 11.318, de 20 de outubro de 2011**. Institui a Política Municipal de Promoção da Arte Urbana do Grafite e de Combate à Pichação no Espaço Público Urbano. Belo Horizonte: CMBH, 2011. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2021/1132/11318/lei-ordinaria-n-11318-2021-institui-a-politica-municipal-de-promocao-da-arte-urbana-do-grafite-e-de-combate-a-pichacao-no-espaco-publico-urbano>. Acesso em: 24 jun. 2025.

OLIVEIRA, L. S. de. A docilização da arte pública: pós-graffiti e gentrificação na Zona Portuária do Rio de Janeiro. **PO\$**, Belo Horizonte, v. 13, n. 28, p. 137-159, maio-ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/45483>. Acesso em: 26 nov. 2025.

ROBERTIELLO, G.; TERRY, K. J. Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. **Aggression and Violent Behavior**, v. 12, n. 5, p. 508-518, 2007.

ROUCHY, E.; GERMANAUD, E.; GARCIA, M.; MICHEL G. Characteristics of homicide-suicide offenders: a systematic review. **Aggression and Violent Behavior**, v. 55, p. 1-45, 2020.

SANCHEZ-RUIZ, P.; WOOD, M. S.; MICHAELIS, T. L.; SUAREZ, J. Entrepreneurs as prime targets: insights from Mexican ventures on the link between venture visibility and crime of varying severity. **Journal of Business Venturing**, v. 38, n. 6, p. 2023.

SILVA, I. D. A. O.; SILVA, R. G. R.; CASSUCE, F. C. C.; CIRINO, J. F. Características associadas à vitimização por furto ou roubo no estado de Minas Gerais. **Perspectiva Econômica**, v. 15, n. 1, p. 67-81, 2019.

SILVA, C. Prefeitura processa grafiteiro que espalhou mensagens em lixeiras. **Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 16 set. 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/09/16/interna_gerais,901059/prefeitura-processa-grafiteiro-que-espalhou-mensagens-em-lixeyras.shtml. Acesso em: 9 out. 2025.

SILVA, J. H. do V. Linha do tempo: confira quantas vezes Kalil fechou BH durante a pandemia. **Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 19 abr. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/04/19/interna_gerais,1258602/linha-do-tempo-confira-quantas-vezes-kalil-fechou-bh-durante-a-pandemia.shtml. Acesso em: 9 out. 2025.

SNOWDEN, A. J. Crime and off-premise alcohol outlets: Do characteristics matter? **Security Journal**, v.34, n.1, p.165–83, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41284-019-00213-6>.

SNYDER, G. J. Graffiti lives: **Beyond the tag in New York's urban underground**. New York: New York University Press. 2009

SNYDER, G. J. Long live the tag: representing the foundations of graffiti. *In*: AVRAMIDIS, K.; TSILIMPOUNIDI, M. (Eds.). **Graffiti and street art**: Reading, writing and representing the city. London and New York: Routledge, 2017. p. 264-273.

SOARES, F. C. **PIXADORES DE ELITE**: duas décadas de uma grife. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013. Disponível em: 306 <https://repositorio.ufmg.br/items/703cd2cc-1e9d-4808-bacc-b417cdf86fa7>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SODRÉ, C. R. A nova forma de interação através dos stickers do Whatsapp. **Revista Anagrama**, a. 16, v. 1, p. 1-18, janeiro-junho de 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anagrama/article/view/195693>. Acesso em: 20 out. 2025.

TOMÁS, K. M.; NOBRE, L. S. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: o impacto pandêmico na sociedade. **Das Amazônias**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 73-85, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/7369>. Acesso em: 15 mar. 2025.

VAZ, T. Pichação + arte + educação: outros olhares. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, a. VI, n. 10, p. 85-97, mar. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/7079/pdf#>. Acesso em: 18 abr. 2025

VIANA, M. L. D.; BAGNARIOL, P. História recente do graffiti. *In*: BAGNARIOL, P.; AZEVEDO, F.; PORTELA, P. (Orgs.). **Guia Ilustrado de Graffiti e Quadrinhos**. Belo Horizonte: Fapi, 2004. p. 155-168.

WORTLEY, R., and L. MAZEROLLE. Environmental criminology and crime analysis: Situating the theory, analytic approach and application. In **Environmental Criminology and Crime Analysis**, ed. R. Wortley and L. Mazerolle, 1–15. Cullompton, UK: Willian. 2008.

WORTLEY, R; TOWNSLEY, M. Environmental criminology and crime analysis: situating the theory, analytic approach and application. *In*: WORTLEY, R; TOWNSLEY, M. (Eds.). **Environmental Criminology and Crime Analysis**. London: Routledge, 2016. p. 20-45.

Recebido: 22/08/2025

Aceito: 20/10/2025